

PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS

**Educação e Sociedade: reflexões e perspectivas sobre o
sentido da escola**

GOIÂNIA

2022

PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS

**Educação e Sociedade: reflexões e perspectivas sobre o
sentido da escola**

Monografia elaborada como exigência da disciplina de Monografia II, do curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação do Professor Me Nelson Carneiro Júnior

GOIÂNIA

2022

PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS

**Educação e Sociedade: reflexões e perspectivas sobre o
sentido da escola**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia II, no Curso de Pedagogia,
da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade
Católica de Goiás.

Prof.º Orientador: Me Nelson Carneiro Júnior

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()
Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.ª Convidada: Me Patrícia Marcelino Loures

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()
Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____

Goiânia____/____/2022

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, por sempre guiar meus passos.

Dedico a minha Família. Pelo incentivo, pela ajuda nos momentos difíceis durante esses quatro anos de curso.

“A Educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
CAPÍTULO I: Educação, Escola e História: diferentes concepções na sociedade	10
CAPÍTULO II: O sentido e o papel da escola dentro do processo educativo	17
CAPÍTULO III: O sentido e o papel da escola pública em uma sociedade de classes	25
Considerações Finais	31
ReferenciasBibliográficas.....	32

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O SENTIDO DA ESCOLA

Pedro Henrique dos Santos

Me Nelson Carneiro Junior

RESUMO:

As discussões sobre o sentido da escola são temas que requer muitos debates e pesquisas. O objetivo deste trabalho é mostrar de uma perspectiva histórica, analítica e reflexiva que a educação escolar assume vários sentidos ao longo das épocas. A escola é uma instituição social, composta por sujeitos que pensam e fazem suas próprias escolhas. A escola, muito além de ensinar conteúdos sistematizados, mesmo esses sendo importantes, pois adquirir conhecimentos científicos é necessário para o desenvolvimento do aluno e da sociedade, sendo importante pra a manutenção da cidadania e da democracia. Porém reflete sobre a escola contemporânea, que se perde em reconhecer seu próprio sentido dentro da sociedade, ela está a trabalho da sociedade em um processo de construção permanente do homem como um ser cultural que se educa constantemente ou a serviço da ideologia dominante, que impõe na escola seus valores e interesses sociais, culturais, econômicos e políticos. A escola pública é uma instituição contemporânea, que em seu cerne, nas legislações federais, tem em sua função a formação par a cidadania e a preparação para o mundo do trabalho.

PALAVRAS CHAVES: História da educação, sentido da escola, LDB, Escola Pública.

Introdução

Ao longo da formação no curso de Pedagogia da PUC Goiás foram realizadas várias discussões sobre a função e o papel na sociedade das instituições escolares. O tema foi estudado no 1º período do curso, nas disciplinas de Cultura, Arte e Formação Humana, e, na de Sociologia da Educação 1. Ficou visível nas discussões realizadas que a escola, enquanto instituição social de formação humana, precisa ter um sentido mais amplo na vida dos indivíduos.

A escola consegue influenciar na formação da sociedade, da cultura, pois é o espaço que deveria estimular a criação, a criatividade, a crítica e o pensamento dos sujeitos que ali estão em processo de formação

O mundo vive atualmente um momento histórico. O ano de 2020 foi desafiador para toda a sociedade mundial. O surgimento e desenvolvimento do coronavírus alterou profundamente a vida das pessoas. A doença provocada pela variação originada na China foi nomeada oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Covid-19. Este vírus causa doenças respiratórias graves, e, aos poucos, se espalhou pelo mundo inteiro, proporcionando mudanças significativas em diversos setores da sociedade global. Questões de saúde pública, segurança, empregabilidade e em especial, a educação foram colocadas em debate nesse momento.

Neste contexto de incertezas, o sentido e o papel da escola precisam ser repensados, para que enquanto elementos importantes na formação humana tenha vez e assumam seus papéis, refletindo sobre os valores humanos, suas ações dentro do processo educativo, assim como levar o educando a ter uma consciência crítica que supere o seu senso comum, para alcançar a autonomia e a liberdade na produção de seu próprio conhecimento.

A escola, enquanto instituição social, se perde em seu próprio sentido, incapaz de se reconhecer em meio as exigências das mudanças sociais, e em corresponder às expectativas impostas pela sociedade. Como indica Mendonça (2011 p. 343) “a escola, na sociedade capitalista, tornou-se a instituição dominante no oferecimento de educação formal, tendo como tarefa central a reprodução da divisão social do trabalho e dos valores ideológicos dominantes”.

A perda do sentido da escola na sociedade é negativa, pois fundamenta a sua existência como meio de reprodução de conteúdo clássico, sem se preocupar com a

formação do homem. O horizonte de construção de sentido está em como a sociedade e o governo cria expectativas a respeito da escola e educação, e em como ela mesma trabalha para correspondê-las.

O Estado apenas a enxerga como uma organização burocrática ao invés de a conceber como instituição que forma cidadãos políticos e autônomos; a gestão pauta suas ações por critérios de qualidade, baseados em indicadores numéricos de desempenho, aferidos por instrumentos padronizados. Assim, a escola esquece sua própria razão de ser e de estar em sociedade.

É necessário visar uma sociedade democrática na qual as pessoas saibam conviver com as diferenças, contemplando o exercício da cidadania; procurando desenvolver consciências críticas, capazes de gerar respostas adequadas aos problemas atuais; enfrentando as situações novas decorrentes do avanço da ciência e do desenvolvimento da consciência cívica.

A presente monografia pretende ampliar o debate sobre o tema em questão, e irá compor e fazer parte de um acervo bibliográfico que integra as várias discussões já existentes para esse tema, dando aporte teórico para aqueles que se interessam e buscam respostas para suas perguntas.

A educação é uma prática intencional responsável por um determinado projeto de sociedade, podendo ser de interesse do povo ou do Estado. Este trabalho pretende reafirmar a importância do sentido da educação e da escola como espaço de formação humana para a cidadania através das ações pedagógicas desenvolvidas nesse espaço

CAPÍTULO I: Educação, Escola e História: diferentes concepções na sociedade

O termo educação é muito abrangente, pois, envolve todo processo de vivência do ser humano no contexto que ele está inserido. A família é parte do primeiro contato do ser humano com o mundo do qual faz parte. É na infância que adquirimos os primeiros conhecimentos sobre o mundo, através das experiências vivenciadas no ambiente familiar. Os conhecimentos e as experiências herdadas da família, além de refletirem na personalidade do indivíduo, influenciam também no processo de desenvolvimento escolar. A família estabelece uma importante relação com o espaço educacional.

Ao longo do tempo histórico constituiu-se várias formas de educação, seja em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais distintos, sem classes, de classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado ou com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas.

A educação primitiva foi uma delas. Por motivos diversos é muito difícil dar as características gerais dessa forma de educação. A pré-história (aproximadamente 3 milhões de anos a.C.) constituiu um período extremamente longo e nesse período os primeiros grupos humanos passaram pelo processo de adaptação ao meio ambiente, vale lembrar que as mudanças não ocorreram de forma igual em todos os lugares, o homem deixou os hábitos de nomadismo, que em sua base era a coleta de alimentos e passou a fixar no solo, transformaram-se em caçadores, coletores e agricultores.

Nesse período não existiam as escolas como conhecemos hoje, mas a educação acontecia de outras formas, por meio das experiências passadas entre as gerações. Nas comunidades primitivas, mesmo onde ainda não criaram a escola se existe algum tipo de saber, existe algum modo de ensinar. Desse modo, para Gómez (1998) a aprendizagem dos produtos sociais, assim como a educação de novos membros, se faz na socialização direta da geração jovem, na participação ativa no mundo adulto. São situações de aprendizagem. A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. Assim, aprendem, da sabedoria do grupo social e da força da norma dos costumes.

As crianças aprendiam imitando os gestos dos adultos nas atividades diárias e nos rituais. Elas aprendem para a vida e por meio da vida, toma conhecimento dos mitos dos ancestrais, sem que ninguém esteja especialmente destinado para a tarefa de ensinar. Seu

objetivo principal é a prática e os jovens aprendem com os mais velhos e desenvolvem aguda percepção do mundo ajustando a criança ao ambiente físico e social.

O fato que distingue uma era da outra, o homem primitivo do estágio civilizado é o surgimento da escrita. Portanto quando um povo alcança um estágio complexo de organização da sua sociedade e de sua cultura, é que ele começa a viver e a pensar as formas e os processos de transmissão do saber. Conforme Gómez (1998, p. 13), o ser humano, desde suas origens, elabora mecanismos para sua sobrevivência que são transmitidos às novas gerações.

A escrita (aproximadamente 4 mil anos a.C.) surge como uma necessidade da administração dos negócios, pois agora a vida não se limitava a uma prática para a obtenção de alimentos, abrigos e vestuários, pois o homem deixou de ser nômade (Paleolítico e Neolítico) e passou a se fixar no solo, e desenvolveu técnicas de agricultura e pastoreio.

A Educação Grega foi a responsável a formação do homem grego, que se consolidou durante o período clássico (V e IV a.C.), entendido como uma das fases mais significativas da história da educação grega para a civilização ocidental. Nesta época temos a existência de várias cidades-estados (*Pólis*), destaque à Esparta e Atenas. Cada cidade possuía autonomia nos processos de organização política, socioeconômica e cultural; Esparta sendo um modelo de estado totalitário e Atenas, de democrático. Isso também incluía a forma de educação dos cidadãos. Suas ideias e modelos educativos eram diferentes. Seja pela perspectiva de formação de cidadãos guerreiros, ligados a ideologia de uma sociedade fechada e compacta, ou por um tipo de formação cultural e aberta, que valorizava o indivíduo na construção de seu mundo interior e social.

Em Esparta os ideais de educação eram baseados no conformismo e estatismo. Era uma cidade, que vivia da agricultura, fechada em si mesma, dividida em classes (os cidadãos, os habitantes dos campos e os grupos subalterno), governados por uma assembleia de cidadão e por dois reis, escolhidos por hereditariedade. As crianças do sexo masculino eram retiradas de sua família e inseridas nas escolas, e entre seus 7 e 16 anos de idade recebiam uma formação militar, do guerreiro forte e corajoso, adestrado no uso das armas. O ensino valorizava sobretudo a obediência, e pouco espaço era dado para a cultura da leitura e da escrita. Para as mulheres espartanas a educação física para robustecer o próprio corpo para suportar a gravidez, e desenvolver a nobreza e glória.

Em Atenas os ideais de educação tinham como base a *Paidéia*. Situando-se entre os anos de 594 a.C. e 403 a.C., na sociedade ateniense fermentavam lutas sociais e econômicas, para criar uma constituição democrática, que limitava os poderes da aristocracia. Nesse mesmo período devido ao crescimento do comércio e da população, Atenas começou a exercer uma função-chave na Grécia inteira.

Tem-se a criação do alfabeto iônico, totalmente fonético, afirmou um ideal de formação culta e civil, ligados a oratória, eloquência e beleza, capaz de atingir os mais profundos aspectos da humanidade. Aos rapazes que frequentavam as escolas, eram instruídos através da leitura, da escrita, da música e da educação física, instruídos pelos mestres e professores. Ainda, ao fim, o rapaz era acompanhado pelo *Paidagogo*, que era um escravo que o acompanhava e guiava.

As características desse modelo de ensino, que objetivava o desenvolvimento individual de cada pessoa e pregava a liberdade política que prepara o indivíduo para a cidadania, para o amor pelo saber e acima de tudo para conhecimento de si próprio. Uma educação que une a palavra e a escrita, e tende a formação do homem como orador, do belo e do bom, elevando-o a uma condição de excelência humana. Pautava-se na liberdade política e moral, no desenvolvimento intelectual e na racionalidade. A educação era um componente essencial da identidade de uma pessoa.

Nesse âmbito de complexidade, a *Paideia*, articula-se a uma série de modelos teóricos que refletem a complexidade de seu entendimento, entre Sócrates, Platão, Isócrates e Aristóteles, as diversas perspectivas sobre a qual pode se desenvolver. Com Sócrates (470-399 a.C.) Cambi (1999) “[...] estamos diante de uma *Paidéia* com problematização e como pesquisa, que visa a um indivíduo um constante amadurecimento de si próprio.”

Ainda nesse autor, a formação humana para Sócrates é a maiêutica e diálogo, esse movimento que gera dúvida, levanta pesquisa, problematiza e constrói a dialética, para a unificação através da oposição. Essa ação, dialogada e radicalizada, solicita um aprofundamento cada vez maior dos conceitos e nesse modo de trazer pra fora, que se configura a maiêutica, que tem como objetivo conhecer-te a ti mesmo, pelo princípio da liberdade e da universalidade.

Platão (427-347), pensa a *Paideia* de duas formas Cambi (1999) “uma – mais socrática – ligada a formação da alma individual, outra – mais política – ligada aos papéis sociais dos indivíduos.”. Em seus escritos, expressos seus pensamentos, Platão rearticula

e elabora o modelo de formação com base nas classes existentes na “cidade humorosa”, que por sua riqueza e desenvolvimento, vê presente as classes de governantes, guardiões e produtores; que desempenha diferentes funções e divide o trabalho.

No ventre dessa sociedade surge também três tipos de educação segundo Platão: dos produtores, realizada no local de trabalho, com o conhecimento técnico; dos guardiões-guerreiros, de grande valia, a formação da coragem e da moderação; dos governantes, realizada pela dialética. A *Paidéia* de Platão, permanecerá no mundo ocidental como um modelo marcado por fortes implicações utópicas.

Nessa ótica, em aproximadamente 387 a.C, em Atenas foi fundada a Academia de Platão, Cotrim (2006, p. 90) assevera que “[...] foi uma das primeiras instituições permanentes de ensino superior do mundo ocidental”. Trata-se da primeira universidade da história, na qual grupos de seus seguidores recebiam educação formal, dedicada à pesquisa científica e filosófica, além de se tornar um centro de formação política. Platão, adquiriu uma pequena propriedade no interior de uma área num dos mais belos subúrbios de Atenas. Considerada local público, situou-se, boa parte do tempo, num *gymnasium* consagrado ao lendário herói *Hekademusou Akademos*, daí o seu nome, Academia. A Academia se constituía pelos membros mais avançados e pelos jovens estudantes com diferentes graus de desenvolvimento. A Academia continuou a existir até o século 529, quando o imperador Justiniano a fechou como parte de seu plano de abolir a cultura pagã. O modelo de Isócrates (436-338), alternativo e complementar ao de Platão, Cambi (1999) “é uma *Paidéia* do *logos* como “palavra criadora de cultura”, colocando o sujeito em posição de autonomia, mas sempre como interlocutor da cidade, na qual e pela qual se desenvolve uma subjetividade mais rica em humanidade.”. Todavia seu modelo, diferente do platônico é de inspiração retórico-oratória. Fundou em Atenas uma escola de retórica. Nela pregava a filosofia da vida prática. A formação do orador durava quatro anos, o aprendizado ocorria falando e escrevendo sobre qualquer assunto sobre a supervisão do mestre e era ensinado dicção e estilo ao orador.

Com Aristóteles (384-322 a.C) Cambi (1999) “A sua *Paidéia* é um pouco a correção empírica do grande e ousado modelo platônico, mas de maneira nenhuma refutação e um modelo alternativo.”. Ainda em Cambi (1999) citando Manacorda; o modelo de Platão propunha um quadro de vida política e cultural em que toda a Grécia, no período do império de Alexandre, ignorou, preferindo a educação retórica; Aristóteles tentou a última racionalização da sociedade da *Pólis*.

Nessa vertente, a sua concepção de estado não é utópica, mas realista. É a política que ilumina a posição aristotélica. Eles devem ser educados “a viver no ócio” para atingir a virtude, para depois passar 7 anos nas escolas estatais seguindo as disciplinas de gramática, ginástica, música e desenho.

No ano de 334 a.C. em Atena fundou o *Liceu*, uma escola de formação científica e filosófica. Sua pedagogia é reconfirmada, seguindo Platão, como disciplina formadora da alma e como ação civil, ligada a sociedade. Pretendia por sua vez ensinar uma enciclopédia do saber, tendo como centro a física, metafísica, lógica e ética.

Dentre tantas correntes filosóficas e modelos educativos, ainda podemos citar outras escolas como, Escola Pitagórica, de Pitágoras (século VI a.C.) uma instituição cultural de caráter-religioso. Ou ainda com características laicas, as escolas de Tales de Mileto (634-546 a.C.) ou de Parmênides de Eleia (530-460 a.C.), com um ensino no sentido moderno, como transmissão de um saber técnico, voltadas para a formação do orador. Na escola o mestre ensina o alfabeto, depois os poetas, a música e a ginástica.

No contexto da educação dos povos europeus, tem-se a educação romana (451 a.C.). Seu texto base de educação era o das *Doze tabuas* que constituía a origem do direito romano. Uma educação que dava ênfase à formação moral e física, uma formação de guerreiros. O cidadão precisava ter respeito à autoridade paterna, caráter e honestidade. Era o valor da tradição, o espírito, os costumes e a tradição dos pais. Como modelo educativo, as tábuas fixavam à dignidade, a coragem, a firmeza como valores máximos, ao lado, porém, da piedade e da parcimônia. Os jovens eram educados para serem fortes para a guerra.

A educação era importante na expansão do Império Romano pois preparava as elites guerreiras e os comandantes militares. Podemos dizer que a base da economia romana era a conquista de novos territórios, de modo que a educação romana, fortemente marcada pelo elemento do militarismo, preparando jovens para prosseguir nas campanhas expansionistas.

A partir do século II a.C. surgiu em Roma escolas de acordo com o modelo grego, uma formação gramatical e retórica. Seu sistema, baseado em seu espírito prático de cultura, dividia as escolas sistematicamente, com graus e materiais didáticos específicos; se dividia em elementares (ler, escrever, calcular), que aconteciam em locais alugado ou nas casas dos ricos, era sempre marcado pela rígida disciplina e punições; secundárias ou de gramática, caracterizada pelo ensino da cultura (música, geometria, astronomia,

literatura e oratória) sendo predominante o ensino literário gramatical; escolas de retóricas, predominante o estudo dos textos literários retórica (política, forense, filosófica etc.). Existem outras escolas, menos institucionalizadas, destinadas ao aprendizado das artes e dos ofícios, são elas, escolas técnicas e escolas profissionalizantes.

A educação medieval (476-1492) era marcada pela disciplina e influência da religião cristã. As escolas eram, portanto, associadas às instituições religiosas católicas. Ensinava-se o latim e doutrinas religiosas. Grande parte da população medieval era analfabeta e não tinha acesso aos livros. Criticavam os ideais liberais e individuais da educação grega e o conceito prático da educação romana, pois pautava suas ideias nos pressupostos católicos. A dualidade era marcante nos modelos educativos, práticas e modelos para o povo, práticas e modelos para as classes altas.

Existiam nesse período medieval escolas que funcionavam anexas a igreja, as escolas monásticas (Sec. V) que funcionavam nos mosteiros, em que predominavam a formação não literária, mas religiosa ou catedrais, que cultivavam os estudos da gramática, retórica astronomia e música, nesse contexto, a Igreja assumiu a tarefa de disseminar a educação e a cultura no medievo.

Para acontecer o ensino precisava-se de uma autorização, essa era cedida pelos bispos e pelos diretores das escolas eclesiásticas. Caracterizadas pela tentativa de conciliar a fé cristã com a razão. São Tomás de Aquino (1224-1274), um dos maiores precursores desse pensamento (escolástica), sintetiza suas teses nos princípios do racionalismo e do naturalismo aristotélicos, numa tentativa de oferecer a harmonização da fé e da razão, mas sem tolher a fé.

Os diretores dessas escolas com medo de perderem a influência, dificultavam ao máximo concessão para o ensino. Reagindo contra essas limitações, professores e alunos organizaram-se em associações denominadas *Universitas*, que mais tarde originou a palavra universidades.

Os cursos nas universidades eram compostos pelo *trivium* (gramática, retórica e lógica) e pelo *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) e pelas artes liberais. O aparecimento das universidades na Europa por volta dos séculos X e XIII está entre os principais acontecimentos da Idade Média. Temos a criação das primeiras Universidades como Bolonha (1088) na Itália, a de Montpellier (1289) em Paris, na França. Há também muitas que ainda hoje se mantêm em funcionamento como as de Oxford (1096) e Cambridge (1202), na Inglaterra, e a de Coimbra (1290), em Portugal.

Dos moldes do capitalismo, surgiu a educação burguesa. A maneira de pensar essa educação associa-se as transformações econômicas que vinham ocorrendo desde o final da Idade Média, com o desenvolvimento das atividades artesanais e comerciais dos burgueses. A Revolução Comercial do século XVI, trata-se de um período de grande crescimento econômico e surgimento da tendência capitalista no mundo, sendo caracterizado como o novo modo de produção da sociedade. Nesse momento, a moeda se tornou o principal meio para o acúmulo de riquezas. Todas as transações comerciais passaram a ser monetizadas, ou seja, passaram a usar o dinheiro.

Nesse período, a Europa passava por profundas transformações sociais, políticas e educacionais, o avanço tecnológico, as guerras e as revoluções influenciaram a pensar sobre a educação, pois tem-se o surgimento do homem burguês. Assim a escola sofre mudanças diante a necessidade da formação educacional deste nas diversas áreas científicas da época, a fim de lhes dar instrumentos para competir nos mercados comerciais e na participação ativa na distribuição do poder político na sua respectiva sociedade.

A educação moderna (século XVI) e contemporânea (1789), rompendo aos poucos com a escola tradicional, pautada em processos que respeitam o ritmo de aprendizagem de cada aluno, colocando-o no centro do universo educacional. Vai se configurando como uma das maneiras de conquistar a liberdade, a participação e a cidadania, porém por vezes usada como um dos mecanismos e meios de controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis diante as novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens.

Apresentado tantos aspectos de objetividade da educação, em diferentes épocas e conjunturas sociais, com distintos contextos de reprodução, fica evidente o uso da educação para uma finalidade que não seja apenas educar para o conhecimento, a liberdade de pensamento, do bem viver e da democracia, mas para uma necessidade social.

CAPÍTULO II: O sentido e o papel da escola dentro do processo educativo

O mundo passa por constantes mudanças por conta dos avanços científicos e sociais. Isso é claro, envolve igualmente as formas de aprender e de ensinar, que foram expressivamente alteradas com a chegada da educação moderna. Com novos avanços tecnológicos, novas metodologias de ensino, integradas as tecnologias, que já fazem parte do ambiente escolar.

Enguita (1989) indica que a escola é uma instituição social nova, moderna. Se, em períodos históricos anteriores, a família foi a principal responsável pelo processo de formação dos sujeitos para a integração na sociedade, a modernidade, buscou uma nova instituição que se responsabilizasse pela formação humana para um novo modo de organização da vida social capitalista: a escola.

Essa nova escola moderna, em particular modificou, definiu e reorganizou duas instituições educativas: a família e a escola, que se tornam centrais na experiência formativa dos indivíduos e na própria reprodução cultural, ideológica e profissional da sociedade.

Diferente da que se tinha na Idade Média, comparada com a modernidade, a família e a escola tinham aspectos diversos; a família era ampla e dispersa, dirigida pelo pai (herdeiro do poder) e submissa a sua autoridade; a escola era sobretudo religiosa, ligadas a igreja (mosteiros e catedrais), ainda não estruturada organicamente nas suas regras e na sua função, e não dividida em “classes de idade”.

Cambi (1999), citando os estudos de Ariès (1960), pondera que a família institucionalizada e transformada na modernidade, elabora um sistema de cuidado e de controles da criança, empregando um controle ideológico [...] “cria-se um espaço social para a criança: na família; cria-se um modelo de formação: privatizado e familiar; cria-se um saber – psicológico, médico, pedagógico – da infância que nasce em virtude sobretudo dos cuidados familiares.”

Ainda em Ariès (1960), sobre a família, ao lado da escola, Cambi (2002) articuladas juntas, instrui, forma, ensina conhecimentos e comportamentos, que se articula entorno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes, em torna da disciplina “[...] uma escola que reorganiza – racionalizando-as – suas próprias finalidades e seus meios específicos.

Com o advento do capitalismo, mediante as profundas transformações ocorridas ao fim do século XVIII e XIX, tem-se a formação de duas classes sociais: a dominante,

burguesia, e a dominada, os trabalhadores ou proletariados. Isso tudo implicou em modificações nas práticas sociais, modificando a rotina das cidades, colocando novos desafios no campo das relações sociais. Para Enguita (1989), “foi a preparação para essas novas relações sociais que modificou também a organização do processo de formação humana, elegendo a escola como principal instituição preparatória para a vida social”. (1989, P.30)

Se, desde a antiguidade, temos algumas manifestações de um processo educativo um pouco mais sistematizado, o qual nos acostumamos a chamar de escola, somente na modernidade, a escola assume o papel de uma instituição educativa significativa na sociedade para a organização do processo educativo socialmente representativo. (REIS, 2017, P. 3)

Do ponto de vista sócio-histórico a escola é uma instituição moderna. Em uma sociedade capitalista contraditória que apresenta interesses antagônicos. Cada classe social compreende o papel da escola segundo seu conjunto de valores e interesses sociais, culturais, econômicos e políticos. Pois o processo de socialização escolar também se reveste desses conflitos, dos elementos históricos globais das relações sociais.

Coelho (2012) afirma que as representações do que é a escola, deve-se em parte dos discursos midiáticos com aspectos que não representam a mesma, articuladas em debates estruturados, em discurso de governos ou de empresários, em congressos simpósios, em eventos acadêmicos ou publicações, tendo grande preponderância como preocupações maiores, índices quantitativos e qualitativos que representam a educação.

Assim os objetivos, funções, gestão, avaliação, educação inclusiva e escola, surgem sem questionamentos do que cada um desses elementos representa numa instituição de ensino. Dessa forma, “o primado conferido a esses aspectos e temas leva muitos a confundir a escola como repartição pública, organização não governamental-ONG, empresa, estabelecimento comercial ou quartel. (COELHO, 2012, p.59)

Mendonça (2011) reforça a perspectiva da discussão da escola e articulação sob o olhar sociológico e pedagógico no interior de um mesmo projeto. É necessário apreender essas duas dimensões em sua totalidade. A finalidade da escola na sociedade capitalista é diferente para cada grupo social, no que diz respeito aos valores, ideologias e intenções. Mendonça (2011, p.343) reafirma que “a escola, na sociedade capitalista, tornou-se a instituição dominante no oferecimento de educação formal, tendo como tarefa central a reprodução da divisão social do trabalho e dos valores ideológicos dominantes”.

Entre as instituições sociais, cuja função é ensinar conhecimentos e habilidades necessários à preservação da sociedade e efetivar o processo de socialização, a escola e a educação, segundo Reis:

Em particular a escolarizada, como instituição social principal responsável pela formação dos sujeitos sociais na modernidade tem assumido, segundo as análises sociológicas dedicadas ao seu estudo, a função de reproduzir a desigualdade social que caracteriza esta sociedade. (REIS, 2017, p. 5)

No pensamento de Reis (2017) concernente com Mendonça (2011), o sistema capitalista em seu desenvolvimento, quando criou duas novas classes, burgueses e trabalhadores, desencadearam o processo de politização, democratização e laicização da instrução universal, e de uma reorganização do saber, que por consequência da conjuntura atual da sociedade, a escola produziu um novo profissional, um novo homem que expressasse a ruptura com a ordem feudal e disciplinasse o operário ao novo modo de vida. O que significa dizer que, a escola ligada aos interesses dessa sociedade, no que diz respeito à formação dos sujeitos sociais, onde a transmissão de determinados conhecimentos é elemento fundamental no modo de produção capitalista, contribui para reproduzir a contradição de classes inerente à sociedade capitalista moderna.

A escola em nossa sociedade assume esse papel legitimador da desigualdade social, pois nessa nova realidade foi cunhada a sua função, do ponto de vista da reprodução ideológica, com base na fábrica, a transmissão/reprodução do conhecimento necessário à formação do trabalhador como operário da fábrica, em Reis (2017) dessa forma, a escola, em sua tarefa de formar os sujeitos sociais, não é neutra, mas exerce um papel político nesta formação, no sentido de seu comprometimento na formação dos sujeitos. Portanto, percebe-se e se sabe que, a educação, enquanto processo de escolarização, teve um papel importante no processo de transformação social.

A escola moderna origina-se com as contradições do próprio capitalismo, a constatação de que a escola não transforma diretamente a sociedade, a este, um modelo de escola destinado às atividades mais básicas do conhecimento; ler, escrever e contar. Em contraposição à escola de caráter mais geral, clássica e científica destinada às elites dirigentes, a oportunidade dada apenas àqueles poucos cidadãos (burgueses) com condições econômicas de manter seus filhos frequentando tal instituição.

Saviani define a função da escola como sendo a de “[...] uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2005). Historicamente,

coube à instituição escolar a guarda e a responsabilidade social da transmissão do conhecimento. Isso significa afirmar que existe a expectativa de que a escola deva transmitir conteúdos escolares, o que não se faz pois para ele, a educação é concebida como "produção do saber", pois o homem é capaz de elaborar ideias, possíveis atitudes e uma diversidade de conceitos, isto é, educação escolar tem como principal função promover a consciência dos educandos para a compreensão e transformação da realidade.

Assim, o que prevalece na sociedade são as várias visões e sentidos filosóficos e políticos que a educação escolar assume na sociedade. Luckesi (1994) toma como ponto de partida uma pergunta que norteia todo seu pensamento, "Que sentido pode ser dado a educação, como um todo dentro da sociedade?" para o autor, a educação pode ser discutida em três sentidos de entendimento. Cada sentido tem características específicas e ainda está presente no imaginário das pessoas e no contexto educacional.

No primeiro "A educação no sentido de redenção", atribuindo a educação, o papel de redentora, salvadora da sociedade, neste caso, a sociedade capitalista entendendo-se como veículo voltado a formação da personalidade do cidadão. Partindo do princípio de que a sociedade em sua naturalidade está composta de todos os seus elementos, completa e em harmonia, e se algo a quebra causa o desequilíbrio social.

Sendo assim, a educação é vista como exterior a sociedade, com a simples função de adaptar o indivíduo a ela. Essa concepção está apoiada em um exemplo da concepção de educação como redenção na conhecida obra *Didática Magna*, da autoria de Comênio escrita no século XVII.

Partindo da compreensão de um mundo criado por Deus como harmônico e bom, remontado ao casal primordial, Adão e Eva, que cometeram o pecado e foram expulsos do paraíso. Comênio argumenta que esse foi o início, que a partir dessa quebra da harmonia, a sociedade se encontra ao que é hoje. Para ele, Deus dá a oportunidade de repará-la e retomar o equilíbrio. Ele argumenta ser papel da educação a recuperação dessa harmonia perdida.

Ao que se entende é que a educação apoiada a religião, terá o papel de trazer a redenção dos pecadores, de regenerar a sociedade, processar sua redenção, renovando-a pela educação, em um esforço conjunto da juventude. Luckesi (1994) afirma que tal teoria não se fundamenta com um crítica a educação, pois esta não se preocupa com a historicidade, a contextualização crítica da educação como parte da sociedade e dentro dela. Portanto, nessa linha de pensamento, a educação, principalmente a escolar é capaz de resolver os problemas sociais, causado pela desarmonia inicial.

No segundo tem-se a “educação como reprodutora” da sociedade capitalista. Este sentido não redime a sociedade de suas mazelas nem recupera a harmonia perdida, mas a reproduz no seu modelo vigente. Essa educação é crítica, produtivista, e se configura como uma instância dentro da sociedade.

Luckesi (1994) fundamenta seu pensamento nas ideias de Louis Althusser, no seu livro *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, e por meio dos pressupostos marxistas, promove um estudo sobre o sentido da escola. As ideias explanadas traçam uma relação intrínseca que a sociedade capitalista e a escola possuem. Nesse sentido, como dito anteriormente, a escola está dentro da sociedade, logo reproduz aquilo que a sociedade de classes evidencia e reproduz. Com efeito, a produção do discurso capitalista é o foco dessa educação, uma vez que ela trabalha para manter o sistema econômico e ideológico funcionando.

A sociedade capitalista jamais se manteria coesa e desigual se não tivesse a reprodução, seja na reposição de matérias primas, máquinas, peças, suplementos ou força de trabalho. Ao enfoque da força de trabalho, Luckesi (1994) apresenta duas vertentes que servem diretamente o sistema produtivo: uma biológica e uma cultural. A biológica, com perspectiva quantitativa revela-se na troca de trabalhadores, no movimento contínuo de troca de familiares, entra pai, filho, mãe, todos para compor o sistema e colocá-lo para funcionar.

A cultural, com perspectiva qualitativa confirma a competência para exercer as funções da produção. De certa forma, cabe a escola preparar e dar suporte para os trabalhadores. Se percebe a função atribuída a ela, de formar cidadãos para o mercado de trabalho, reduzindo e tirando seu significado, limitando-se a ser um instrumento para a reprodução qualitativa. A essa questão, a escola ensina a prole, a ler, escrever, contar, e conhecimentos científicos, que são necessários para a produção. E colocada de outra forma, ao mesmo tempo que ensina essas técnicas, está atrelada à formação do homem cívico, aprendendo todas as regras de convivência pra a sociedade.

De certa forma esse último entendimento, trabalha pra a sujeição dominante, ou seja, coloca que essa é a forma que se estrutura a sociedade, e nada poderá fazê-la mudar. Portanto, a educação tem a finalidade principal adaptar o sujeito enquanto individuo a sociedade do jeito tal como ela se apresenta de fato e de direito.

No terceiro temos a “educação como transformação” da sociedade, e seu objetivo é compreender a educação como instrumento de mediação de um projeto social, ou seja,

por si ela não redime nem reproduz a sociedade, mas tem por objetivo transformá-la. Luckesi (1994) sugere que esta é diferente dos outros entendimentos, de certo modo, a tendência redentora é otimista em relação ao poder da educação sobre a sociedade, a tendência produtivista é pessimista, no sentido de que sempre será uma instância a serviço do modelo dominante de sociedade.

De certo modo, de um lado, a escola e educação empenhadas em trazer o equilíbrio e harmonia da sociedade, atribuído a ela o papel de curar as mazelas, de salvar a sociedade, e na direção oposta, a educação condicionada em atender ao mercado capitalista, e reproduzir a ideologia dominante.

Na tendência transformadora, a educação tem papel ativo na sociedade, considerando todos seus condicionantes históricos-sociais. Ela trabalha em prol da sociedade, a um modelo e projeto da mesma. Ela medeia esse projeto, se a sociedade optar pelo conservador, ela medeia a conservação, se for transformador, medeia a transformação, se for autoritário, medeia o autoritarismo, se for democrático medeia a realização da democracia.

Essa educação é entendida como instrumento de transformação da sociedade, que não é redentora, podendo ser reprodutora, na medida que é criticizadora, que instrumentaliza os indivíduos para que esses tenham uma prática social crítica no sentido de transformar a sociedade em que está envolvido.

Diante a banalização do sentido a educação e a escola se desinteressam pela interrogação de seu sentido e razão de ser e se torna incapaz de motivar e instigar o pensamento e a criação. Ao procurar adaptar-se às necessidades, ficam atrelada aos interesses dos grupos da sociedade, e sem notar perde seu ser, sentido, razão de ser e autonomia. A razão de ser da educação e da escola é a inserção do homem crítica. Educar é, então, justamente contribuir para que tudo isso possa acontecer, buscando formar seres racionais e livres que possam pensar e agir de modo diferente uns dos outros.

A maneira como é visto esse papel da escola, em parte mídia, governos e empresas que a veem como uma organização, onde quando debatido o assunto índices que apontam a qualidade da educação, baseados em números obtidos por meio de avaliações nacionais, proposta pelo estado, na busca de quantificar o quanto o ensino dessa instituição é ou não eficiente para seus padrões. Nesse aspecto a escola perde seu sentido, quando é confundida como algo que está ligado a política e resultados, do que com sua própria natureza, da autonomia, da cultura, do ensino e a aprendizagem.

O ensinar hoje dentro da sociedade capitalista perde seu sentido, à medida que as escolas passam a se preocupar em atender as exigências do governo, e em corresponder às expectativas impostas pela sociedade, assim se perdendo no caminho de firmar sua própria natureza, buscando apenas a eficiência e excelência nos resultados de avaliações. Logo, começa a valorizar e contabilizar produtos, conquistas e sucessos inerente aos interesses de terceiros, sem se preocupar em ser ela mesma, e qual sua razão de ser.

A escola na busca de tentar se reconhecer o se reafirmar como instituição, se perde em meio aos interesses do estado e dos grupos. Com efeito, se torna organização, ao passo que busca excelência de resultados na gestão e no planejamento, sem se preocupar com seu significado e finalidade. O ensino nessa lógica se restringe ao conteúdo pronto e recortado, a verdade pronta, a informação a ser transmitida aos alunos, que irão consumir os fatos, reduzindo o aprendizado ao saber-fazer.

O predomínio dos aspectos quantitativos e dos resultados que implicam em ideias e práticas que “confundem escolarização com socialização e apropriação dos saberes sistematizados” Coelho (2012), em reduzir o saber em algo palpável, físico que pode ser repartido e consumido, como exemplo, pegar um livro clássico (que é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que queria, devido as suas múltiplas interpretações e reflexões que surgem a cada nova leitura, pois é uma fonte inesgotável de saberes) e o resume, o corta em conceitos separados, para se tornar consumo fácil, um aprendizado sem muito esforço, que objetiva apenas a quantidade e não a qualidade. Dessa forma, o aluno, nesse processo “Perde assim a condição de estudante” Coelho (2012). Pois, o ensino se torna engessado, em memorização, o que faz com que ele se torne uma reprodução teórica, por vezes perdendo o sentido.

A escola boa, definida por Coelho(2012), é aquela que é eficiente e produtiva, na qual os professores utilizam as tecnologias a seu favor nas aulas, com metodologias adequadas ao ensino que objetivam bons resultados nas avaliações, nos concursos e mercado de trabalho. Porém, o saber pronto que é repassado nas escolas, como dito anteriormente, apesar do uso das tecnologias, que interessam e prendem a atenção dos alunos, acaba sendo limitado a “crença”, pois os alunos devem acreditar no que leem nos livros ou o no que ouvem nas aulas. Em outras modalidades de ensino (educação básica, ensino superior, mestrado e doutorado) isso também acontece, prevalece os saberes acabados, que não cultivam o pensamento, não induz a reflexão e a crítica.

O horizonte da educação, é sobretudo, da confirmação e da dimensão éticopolítica do homem e da sociedade. Pois, é um processo em construção permanente, e o homem

como um ser cultural, se educa constantemente. Há em cada homem a possibilidade da formação humana, pois o homem é livre. É necessário um encontro consigo mesmo para que este possa resgatar o seu próprio olhar, a sua própria experiência, a sua intuição.

A educação supõe necessariamente a disciplina, visando ajudar o educando a superar tudo aquilo que o identifica ou o aproxima da natureza, sua existência, cultura e civilização. A ação do educador sobre os educandos incide sobre seres que interagem, pensam e questionam, logo a disciplina visa formar seres autônomos, livres e capazes de construir um olhar sobre si mesmo, que não busca a análise, a interpretação ou a explicação racional, mas um profundo contato com os sentidos.

A educação é bem mais ampla, complexa, significativa e importante do que a escola, pois envolve a ação de educadores e educandos, sujeitos em movimento de reconhecimento e afirmação de si mesmos, de sua racionalidade, autonomia e liberdade. (Coelho e Guimarães, 2012, p. 6)

Com a expansão e desenvolvimento do capitalismo, esse sentido é perdido. No lugar da Paidéia grega, da formação do cidadão, a preocupação passa a ser com os novos saberes, a ciência, a técnica, a formação do cidadão para o Estado moderno. Agora, o papel da escola, como instituição de ensino, lugar de instrução e formação passa a ser também lugar de formação, de vigilância e controle. Uma formação para o mercado de trabalho, transmitir informações e socializar o saber pronto e acabado, buscando articular e explorar os estreitos vínculos entre educação, cultura e escola. É uma educação que visa acima de tudo à profissionalização.

CAPÍTULO III: O sentido e o papel da escola pública em uma sociedade de classes

A escola pública é a maior expressão da escola como instituição social, que tem sua origem na modernidade. É importante visualizar a escola enquanto instituição com a função de facilitar a apropriação do saber sistematizado pelo aluno, oferecendo-lhe as condições necessárias para que tenha acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico. Em uma perspectiva histórica podemos considerar como marco histórico do surgimento da escola pública o Manifesto dos Pioneiros Pela Educação Nova, na proposta desse documento de política educacional, em Reis (2017)

[..] a função social da escola (campo específico da educação) explicitava-se pela sua organização como instituição social limitada na sua ação educativa pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, considerando que, entre todos os deveres do Estado, a educação é o maior. (REIS, 2017, P.6)

A educação escolar, uma função essencialmente pública, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que tem o dever de considerar a educação, como uma função social e eminentemente pública.

No Brasil, há previsão expressa de atuação do Estado como sendo o responsável pela educação de crianças, adolescentes e adultos, a exemplo do que temos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB - Lei nº 9394/96. P. 9)

O ensino será ministrado com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e consideração com a diversidade étnicoracial. (LDB - Lei nº 9394/96. P. 11).

Além dos valores descritos pela lei, uma formação integral do aluno, pautada na promoção de direitos e formação autônoma do indivíduo deve, ainda, proporcionar condições para que esse adote valores e posturas que considerem as dimensões da ética, cidadania, respeito ao outro e dignidade. Porém, a preparação para o trabalho é um dos objetivos da educação básica brasileira. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em vigor - LDB 9394/1996 - estabelece em seus primeiros artigos que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, visando ao pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A preparação para o mundo do trabalho está presente nos documentos legais que respaldam e orientam o Ensino Médio. No Art. 35 da LDB 9.394/96, o ensino médio sendo a etapa final da educação básica com duração mínima de três anos, tem com uma de suas finalidades “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

Essa preparação será básica, ou seja, aquela que deve ser base para a formação de todos e para todos os tipos de trabalho. Por ser básica, terá como referência as mudanças nas demandas do mercado de trabalho [...] (LDB - Lei nº 9394/96. P. 15)

Nos capítulos anteriores permitiu observar que a preparação para o mundo do trabalho no contexto escolar não pode ser a única finalidade da escola ou a mesma se restringir apenas à aquisição do conhecimento ou de habilidades acadêmicas básicas.

Na escola pública, não existe espaço apenas para a transmissão do conteúdo por si só, do conteúdo pelo conteúdo; é necessário trabalhar as dimensões pessoais, sociais e culturais do sujeito. A escola trabalha com o conhecimento e com o ser humano. A prática da sala de aula deverá acontecer de forma coletiva, articulada para a formação do ser humano pensante e autônomo.

A ideia de escola pública anunciada pelo Manifesto está assentada no princípio do direito a educação para todos, única e obrigatória em que todas as crianças, jovens e adultos tenham uma educação comum e igualitária. Porém toda educação escolar varia sempre em função de uma filosofia predominante de cada época que é determinada pela estrutura da sociedade. Os diferentes grupos (classes) de uma sociedade a veem de forma

distinta, de acordo com seus interesses, seja eles econômicos ou sociais. Dessa forma é dito no manifesto que

em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. (Manifesto, 1932, p. 5)

No Art. 2º 35 inciso II da LDB 9.394/96, assegura a “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” e no que tange no Art. 7º “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino.

O manifesto propõe um rompimento com a educação tradicional, desprendendo-se dos interesses de classes, deixando de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo. É uma formação para a coletividade em geral, reconhecendo a todo indivíduo o direito a ser educado independente de razões de ordem econômica e social.

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. (Manifesto, 1932, p. 4)

A escola deve estabelecer possibilidades sólidas, deve servir de alicerce para as relações sociais. A vida e o mundo exigem articulação, e é esta a função revitalizadora da escola. A escola não pode esquecer as condições familiares, sociais e culturais de seus alunos, pelo contrário, o professor nesse processo de ensinar formando, amplia as concepções dos alunos, aprofunda sua compreensão do mundo, seus direitos e deveres que regem a convivência em sociedade, indo além de seus limites, superando seus horizontes culturais.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB - Lei nº 9394/96. P. 10)

Portanto a escola que forma para a cidadania, cultiva e ensina o saber vivo, provoca a inteligência e a dúvida. Frente a uma função tão complexa e contraditória a escola,

rodeada de interesses em confronto, apresenta espaços de relativa autonomia que podem ser utilizados para desequilibrar a evidente tendência à reprodução conservadora da realidade, uma vez que o processo de socialização envolve um complexo movimento de negociação.

Presente no Art. 12 e 13, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola e os docentes incumbir-se-ão de [...] colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (LDB - Lei nº 9394/96. P. 14 e 15).

A ação pedagógica, principal atividade da instituição escolar tendo seu desafio de estar em constante processo de discussão e reelaboração de suas ações, buscando as transformações necessárias, por meio de um currículo construído a partir do contexto histórico e social, deverá alicerçar as tarefas desenvolvidas na sala de aula. É através da prática e da reflexão do professor que serão apontados os caminhos mais adequados.

planejar o currículo implica escolher, selecionar e tomar decisões educacionais, baseadas numa filosofia educacional coerente, muito bem analisada, que identifique e concilie as necessidades da sociedade e do educando. É uma constante redescoberta; é um ir e vir (Vieira e Almeida, p.124, 2008).

Para o entendimento, é preciso que todo educador conheça as teorias, para poder definir que caminhos e quais mecanismos serão mais efetivos para atender ao aluno, sendo evidente a necessidade de buscar nos pensadores da educação o embasamento teórico que o capacite a entender a problemática educacional ora vivenciada.

A escola como espaço que prioriza a construção gradual de conhecimentos, destaca-se a importância do educador ter definido sua concepção teórica, porque isto significa ter claro que indivíduo quer formar e que metodologia vai utilizar, possuindo a clareza da forma como o aluno se apropria do conhecimento e das possibilidades de efetivar sua prática educativa

Nessa linha, o professor, não passa os conteúdos como verdades absolutas e completas, mas auxilia os alunos a investigar os textos e encontrar suas próprias respostas, desenvolver o hábito intelectual, compreendendo o sentido real do que foi estudado. Será uma aula que respeita e provoca a inteligência dos alunos. “O saber não é de ninguém, não tem dono, é permanente provocação, é convivência, autonomia livre para criação de novos saberes” (COÊLHO, 2012, p.71).

Na construção de um currículo, sob contexto de cidadania, cuja finalidade concebida à luz das práticas sociais será da formação do ser humano ético, autônomo e com conhecimentos científicos para a realização de suas próprias escolhas.

Assim, é importante definir os conteúdos e como eles devem ser ministrados, de forma contextualizada, estabelecendo relações com a vida do aluno, por meio de práticas pedagógicas que utilizam diferentes metodologias, garantindo que as oportunidades sejam iguais para toda a sociedade. Para isso, é necessário que o currículo da Educação Pública dê sustentabilidade a fim de que a escola assuma seu lugar de socialização do conhecimento.

Coelho (2012, p.) revela que “a razão de ser da escola [...], ensinar as crianças, jovens e adultos a pensarem e criarem uma sociedade diferente, fundada no pensamento, busca da igualdade, autonomia, liberdade e justiça. O conhecimento para ser conquistado, requer leitura crítica, escrita fundamentada, estudo investigativo, disciplina, esforço e dedicação.

A partir disso, podemos pensar no papel da escola pública sendo o de promover a formação integral do sujeito a partir da sistematização dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e a formação para a cidadania. Como afirma Paro (2007): “[...] o que muitos estranham é que hoje a escola não deve mais se restringir à mera veiculação de informações a que ela se dedicava no passado. [...] se supõe que a educação é formação do cidadão em sua integralidade, não apenas na dotação de informações”.

Para Lima e Leite (2008, p.2) o papel da escola pública é “formar pessoas críticas e reflexivas, que assumam seu espaço na sociedade como sujeitos históricos, que refletem sobre a contemporaneidade histórica da escola, compreendem o mundo e escolhem o modo de atuar na sociedade”.

A escola pública deve ser espaço de uma formação problematizadora, transformadora e emancipadora que

consiste na sua possibilidade de proporcionar às massas populares o acesso aos conhecimentos e habilidades teóricos e práticos necessários para uma compreensão científica, rigorosa e crítica da realidade em que vivem, tornando-as, assim, melhor instrumentalizadas para a luta pela sua libertação.

(Silveira, 1995, p.25)

O papel da escola pública de educação básica se resume em dois objetivos: “educar e instruir, socializar e formar”, sendo

a escola pública entendida como agência educativa em seu sentido mais radical, tomada a educação como apropriação da cultura, e entendida esta como o conjunto de conhecimentos, valores, crenças, arte, filosofia, ciência, tudo, enfim, que é produzido pelo homem em sua transcendência da natureza e que constitui como ser histórico. No contexto de uma sociedade democrática, a função da escola sintetiza-se na formação do cidadão em sua dupla dimensão: individual e social. (Lima e Leite, 2008, p.42).

No entanto, pensar nessa escola autônoma de livre pensamento requer desafios. É necessário ter clareza que as escolas públicas, não atuam sozinhas, antes são direcionadas por leis federais, estaduais e municipais, sendo que toda a sua ação é regida pelos órgãos competentes (Ministério da Educação).

A LDB/96 mantém a escola o papel atribuído na Constituição, de formar para a cidadania, a partir do desenvolvimento integral dos sujeitos e da qualificação para o trabalho., porém, acrescenta que a escola deve assegurar a formação comum para que a cidadania, progressão no trabalho e nos estudos, atribuindo à União, em parceria com o estado, distrito federal e municípios, o dever de estabelecer as diretrizes e competências que assegurem essa formação comum. Assim, Lima e Silva (2015) “observa-se que o papel da escola pública vem sofrendo alterações que ficam entre: lidar com questões sociais, desenvolver projetos das secretarias, realizar avaliações externas.

Lima (2007, p.42) salienta ser necessário assegurar alguns fatores para que a escola possa cumprir com seu papel, dentre eles ter, “professores bem preparados com formação inicial e contínua [...]; instigante organização do processo de ensino e aprendizagem que motive a maioria dos alunos; disponibilidade de condições físicas e materiais que possibilitem oportunidades concretas para aprender”.

Como vimos, na legislação atual, os papeis fundamentais da escola pública é a formação integral de seus sujeitos e a formação para cidadania, porém, as condições reais das escolas dificultam que esses objetivos se concretizem no contexto escolar, uma vez que a legislação educacional estabelece o papel da escola, mas não assegura as condições para que esse papel se efetive com sucesso.

Considerações Finais

Nos capítulos anteriores foi possível observar que o papel da educação e da escola, muda conforme a época constituindo-se de várias formas. a família é a primeira instituição social que educa e transmite os primeiros conhecimentos sobre o mundo para o indivíduo, até a criação das escolas, com a organização e sistematização dos saberes científicos. Colocada a instituição escolar em diversas perspectivas, seja na qualidade de salvadora da sociedade, de reprodutora de conteúdos engessados, de mantedora da sociedade capitalista vigente ou na preparação para o trabalho.

Através da pesquisa em consulta a vários autores, foi possível afirmar, que o uso da educação serviu para mais de uma finalidade que não seja apenas educar para o conhecimento, a liberdade de pensamento, do bem viver e da democracia, mas para uma necessidade social. Seja nas comunidades primitivas, usada para o aprendizado dos costumes, ou para a sobrevivência. Com a escrita, nas sociedades antigas, e na dualidade entre duas cidades estados, Esparta e Atenas, de uma educação para preparar os homens para a batalha, ou na perspectiva contrastante a essa ideia, nas escolas para formar o homem belo e bondoso, autônomo e livre, para exercer sua democracia de direito.

Também utilizada como peça importante para expansão de impérios, e mantedora da ordem dominante, como na Roma antiga fortemente marcada pelo elemento do militarismo, preparando jovens para prosseguir nas campanhas expansionistas. Muito longe dos ideais de uma Roma antiga e conquistadora, mas mantedora de uma da classe dominante, temos a época medieval, com escolas anexas a igreja católica em que predominavam a doutrina religiosa. Em um segundo momento, diferente, um pouco das luzes o século, com os surgimentos das universidades e a valorização da ciência.

Não demorou muito para que a configuração da educação escolar mudasse mais uma vez. O capitalismo nasceu e com ele uma nova sociedade. Direcionada ao trabalho e ao dinheiro. A maneira de pensar essa escola associa-se as transformações econômicas ocorrida com os burgueses e o surgimento dos trabalhadores. Assim a escola sofre mudanças diante a necessidade da formação educacional, formando e aprimorando o indivíduo nas diversas áreas científicas da época, a fim de lhes dar instrumentos para competir nos mercados comerciais.

Existe uma intrínseca relação entre as escolas modernas e contemporâneas. Por mais que ainda mantenham o caráter tradicional e conteudista, observa-se uma sutil mudança de concepção educacional. Escolas que respeitam mais os alunos, colocando-o

no centro do universo educacional. Para conquistar a liberdade, a participação e a cidadania. Porém utilitária da classe dominante vigente, por vezes usada como um dos mecanismos e meios de controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis diante as novas formas de produção industrial e pelas novas relações sociais entre os homens.

Exposto os fatos acima, colando os na configuração da atual sociedade, foi feito o trabalho de identificar e compreender o sentido e o papel dessa educação escolar, em vigência de um sistema capitalista e explorador, dividido em classes, onde se insere a escola pública e gratuita.

Nas legislações, na Constituição da República Federativa do Brasil, 1998 ou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mantido o caráter da escola de formar para a cidadania, a partir do desenvolvimento integral dos sujeitos e da qualificação para o trabalho. Além de promover uma escola gratuita, de responsabilidade do estado, financiada com recursos públicos, pautadas na ideia de que a educação escolar deverá vincular – se ao mundo do trabalho e à prática social, visando ao pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania.

Com isso, por mais que seja considerado uma parte importante da escola, que é a profissionalização dos alunos para o mundo do trabalho, que é fundamental para a sobrevivência do ser humano na atual conjuntura da sociedade, não se pode reduzir sua função ou sentido a essa mera característica. Pois antes de tudo a razão de ser da escola é ensinar as crianças, jovens e adultos a pensarem e criarem uma sociedade diferente, fundada no pensamento, busca da igualdade, autonomia, liberdade e justiça.

A formação integral do aluno, pautada na promoção de direitos e na formação autônoma do indivíduo, deve ser o mais alto aspecto da educação escolar e da escola pública. Pois, é com a formação de seres humanos pensantes e autônomos, livres e capazes de construir um olhar sobre si mesmos, e com conhecimentos científicos para a realização de suas próprias escolhas, é que construiremos uma sociedade democrática na qual as pessoas saibam conviver com as diferenças, contemplando o exercício da cidadania e procurando desenvolver consciências críticas, capazes de gerar respostas adequadas aos problemas atuais.

Referencias Bibliográfica

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**/Franco Cambi; tradução de Álvaro Lorencini. - São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAJUEIRO, Roberta L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2013.

COÊLHO, Ildeu Moreira; GUIMARÃES, Ged . **Educação, Escola E formação**. InterAção, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 323-339, jul./dez. 2012.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Filosofia, educação, cultura e formação: uma introdução**.

In: _____, Ildeu Moreira. (org.). **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**.

Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010, pp.15-27.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: História e Grandes Temas**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ENGUIITA, M. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

GÁRCIA, Antenor. **A formação do homem grego segundo Werner Jaeger e Platão**. Perspectiva formal TM. São Paulo, 2013

JAEGER, Werner. **Paidéia? A formação do Homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JAEGER, Werner Wilhelm, 1888-1961. **Paideia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

LIMA, Vanda Moreira Machado; LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **Saberes de Professores críticos-reflexivos no curso de pedagogia**. Campo Grande - MS, n. 26, p. 215-232, jul./dez. 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Educação e sociedade: redenção, reprodução e transformação.** In: filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. **A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico.** CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 341-357, set. Dez. 2011 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 12 set 2021.

MANIFESTO, 1932. **A reconstrução educacional no Brasil: Ao povo e ao governo: Manifesto dos pioneiros da educação nova.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.

PARO, Vitor Henrique. **As funções da escola, a estrutura didática e a qualidade do ensino.** In: PARO, V. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática. 2007, p. 33-81.

REIS, Marília Freitas de Campos Tozoni. **A Contribuição da Sociologia da Educação para a compreensão da educação escolar.** IN: Educação e Sociedade. Campinas, v.13, n. 79, 2017.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Comprender e transformar o ensino / J. Gimeno Sacristán e A. I. Pérez Gómez; Capítulo 1: as funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência.** Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 4. ed. – Artmed, 1998.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Comprender e transformar o ensino.** tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 4. ed. – Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVEIRA, Renê J. T. **O professor e a transformação da realidade.** Revista NuancesPresidente Prudente - SP, v. 1, p. 21-30, set. 1995.

VIEIRA, Vera Lucia Marshal; ALMEIDA, Janaina Aparecida Mattos de. **A Função social da escola pública: A especificidade do trabalho em sala de aula**. Paraná, 2008. disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2387-8.pdf>